

ATA N.º 13/2016**Data da reunião ordinária: 06-06-2016****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14,30 horas****Términus da reunião: 16,40 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro
Luis Filipe Dias Grácio (em substituição de Carlos Manuel Godinho Matias)
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Laura Maria Faria Vergamota**Cargo:** Coordenador Técnico**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria:****Operações Orçamentais:** 969 540,72**Operações não Orçamentais:** 281 570,76

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

Após declarar aberta a reunião, o Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Deu conhecimento que o Vereador Sr. Carlos Matias pediu a sua substituição no período entre 5 e 7 de junho, pelo que, nesta reunião, será substituído pelo elemento seguinte na lista, Sr. Luís Filipe Dias Grácio.

b) Foi presente a Informação de Atividades desenvolvidas pelo Presidente e Executivo, no período de 17 de maio a 6 de junho de 2016:

«No **dia 17 de maio de 2016, presidi**, em conjunto com o Diretor Nacional da PSP, a Comandante Distrital da PSP de Santarém, o Diretor Nacional Adjunto de Recursos Humanos e o Presidente da Assembleia Municipal, às *Cerimónias alusivas ao seu 140.º aniversário*, na Sala do Comboio Real da Fundação do Museu Nacional Ferroviário.

Na **manhã do dia 18 de maio de 2016**, na sequência do Convite formulado pela *Fundação do Museu Nacional Ferroviário*, **estive presente**, em conjunto com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** na comemoração do seu 1.º aniversário de atividade, na data em que se assinalou o Dia Internacional dos Museus. Decorreu a Sessão “*Museu Nacional Ferroviário: 360 dias de atividade, e agora?*”, na Sala do Comboio Real e a inauguração de circuito de modelismo tripulado “*Garden Scale*” no espaço exterior às Oficinas do Vapor.

Ainda nessa noite, a convite do *Rotary Clube do Entroncamento*, **assisti** à Palestra alusiva ao tema: “*O Terrorismo*” proferida pelo Coronel Nuno Lemos Pires, coordenador do Corpo de alunos da Academia Militar e Doutorando em História, Defesa e Relações Internacionais e autor de vários livros, que decorreu no Restaurante Central da Golegã.

Igualmente nessa noite, decorreu mais uma edição *Night Runner’s – a correr ou a caminhar*, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria técnica com o CLAC.

Na sequência da Convocatória recebida, **estive presente** na reunião do Conselho de Administração da AdLVT, na ETAR de Alcântara, na manhã de **19 de maio de 2016**.

Ainda nessa tarde, em face do Convite formulado pela *Fundação AIP* em parceria com a *CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social*, **compareci** no Almoço inserido no Debate – Portugal Economia Social, na FIL, em Lisboa.

Na manhã do dia **20 de maio de 2016**, na sequência do Convite recebido por parte do *CIRIEC Portugal* e o *CIRIEC Espanha*, **estive presente** como Orador no VIII Colóquio Ibérico de Economia Social, na FIL, em Lisboa.

Igualmente nessa manhã, em face do Convite formulado pelo *CRIT – Centro de Reabilitação e Integração Torrejano*, o **Vereador Dr. Carlos Amaro**, assistiu ao

Encontro Especial entre Empresários e entidades da região, seguido de visita às instalações.

Ainda nessa tarde, foi comemorado pelo 12.^o ano consecutivo o *Dia Municipal do Idoso*, organizado pela CME em parceria com o Programa REVIVER, inserido na Festa da Flor, com um almoço serviço a perto de 800 pessoas no Pavilhão Desportivo Municipal. A sessão de boas vindas foi proferida pela ***Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim*** e a ***Vereadora Dr.^a Tília Nunes***, que deram início às comemorações, seguindo-se a celebração da Palavra. Após o Almoço, decorreu uma animada matiné-dançante, onde ***estive presente***.

Na sequência do Convite formulado pela Direção da *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento*, ***estive presente***, acompanhado pelos restantes elementos do Executivo em funções a tempo inteiro, ***nessa tarde***, na *chegada da nova ambulância para transporte de doentes não urgentes*. Esta nova viatura foi adquirida com a ajuda da CME e das Juntas de Freguesia de São João Baptista e Nossa Senhora de Fátima.

Igualmente nessa noite, e já inserido na *Programação da Festa da Flor*, os “*Gringos*” atuaram na Praça Salgueiro Maia e animaram a plateia, relembrando os sons dos anos 60 e 70, convidando ao bailarico e a uns bons pés de dança.

Na manhã do dia 20 de maio de 2016, reuniram-se um grupo de jogadores de andebol dos anos setenta do Entroncamento, do qual pertencia, para almoço convívio.

Nessa tarde, ocorreu a inauguração da *Festa da Flor*. ***Dei*** as boas vindas a todos os presentes, elogiei e agradei a colaboração, empenho e dedicação de todas as instituições e particulares envolvidos que tornaram possível a ornamentação e decoração das várias ruas e espaços públicos da nossa Cidade. ***Assisti*** à atuação do coro do *Centro de Convívio da Terceira Idade* e ao *espetáculo de dança/expressão corporal e canto* proporcionada pelos alunos do *Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento*, na escadaria da Câmara Municipal e à inauguração da exposição “*O Tempo, o Espaço e as Gentes*” no átrio do Edifício da Câmara e “*As Flores da nossa Vida*” na Galeria Municipal.

Acompanhei a arruada do “*Casal Campónio*” da Associação Chamus’arte e o *Grupo de Gaitas da Golegã* da rua pedonal até à Praça Salgueiro Maia, e as atuações dos *Lares Ferroviários* e da *Santa Casa da Misericórdia*. Já no palco atuou a *Tuna da Universidade Sénior do Entroncamento* e as crianças das AAAF e AEC’s. Ao longo do dia decorreu a *Mostra de Artesanato e Ateliê infantil Flores em Feltro; Jogos Tradicionais* e momentos de brincadeira no *Insuflável*.

Igualmente nessa noite, todos os elementos do Executivo a tempo inteiro, à exceção da minha pessoa, assistiram à atuação da *Banda Sinfónica da PSP* na Sala da Cultura do Pavilhão Municipal, integrado nas comemorações do 140.^o aniversário do Comando Distrital da PSP de Santarém.

Na manhã de domingo, dia 22 de maio, decorreu na Praça Salgueiro Maia, uma *mega Aula de Zumba*, á qual assistiu a ***Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim*** e a ***Vereadora Dr.^a Tília Nunes***, revestida de caráter solidário, os participantes contribuíram com a entrega de produtos recolhidos pela equipa do CLDS – 3G. Paralelamente, os mais novos divertiram-se no *ateliê infantil – moldagem de balões – bolas de sabão gigantes* e os mais seniores participaram numa *Aula de Yoga* no Jardim Afonso Serrão Lopes (Zona Verde).

De tarde, decorreu um *Aula de Pintura ao ar livre* promovida pela *Associação Entroncartes; Workshop de Flores de Papel para crianças*; culminando na atuação do *Rancho Folclórico e Etnográfico da Casa do Povo de Cernache do Bonjardim*.

No dia 23 de maio de 2016, na sequência do Convite formulado pelo Comandante das Forças Terrestres e Comandante do Regimento de Paraquedistas, o *Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa*, em minha representação, assistiu à *Cerimónia de comemoração do 60.º aniversário do Dia do Regimento de Paraquedistas e dos Paraquedistas*, em Tancos.

Ainda nessa tarde, estive presente, em conjunto com os elementos do Executivo em funções a tempo inteiro, no *Rastreio sobre Diabetes*, inserido na Festa da Flor, com a colaboração da *Unidade de Cuidados à Comunidade do Centro de Saúde do Entroncamento*. Realizaram-se outras atividades como a sessão de reflexologia e yoga para a população sénior.

No dia 24 de maio de 2016, no decurso da *1.ª Semana Gastronómica do Entroncamento*, **almocei**, conjuntamente com os restantes elementos do Executivo a tempo inteiro e convidados, no Restaurante “*Estações*” da *Escola Profissional Gustave Eiffel*, com menu a conter os sabores da Beira Baixa e Alto Alentejo, com apoio e parceria da Comtemp, Lda, produtora do Vinagre Cristal e Espumante Magos.

Nessa tarde, o Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa, em minha representação, assistiu à *apresentação da prova XXII Grande Prémio do Museu Nacional Ferroviário*, que ocorrerá no dia 19 de junho, integrada nas Festas de S. João e da Cidade. A prova é organizada pela Câmara Municipal, em parceria com o CLAC e com a CP (desconto de 30% na viagem de ida e volta).

Igualmente nessa tarde, o Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa, em minha representação, assistiu à *Conferência de lançamento e debate da Estratégia para o Turismo 2027*, no Convento de Cristo, em Tomar, que contou com a presença de várias individualidades ligadas ao setor, entre as quais o ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, que encerrou a sessão.

Ainda nessa tarde, na sequência do Convite formulado pela *Associação de Futebol de Santarém*, o Chefe de Gabinete, em minha representação, esteve presente no *Ato de Posse dos novos Órgãos Sociais* para o Quadriénio 2016 – 2020, no Santarém Hotel.

Na manhã do dia 25 de maio de 2016, a convite do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, a *Vereadora Dr.ª Tília Nunes*, acompanhou a *viagem histórica de ida e volta entre as Estações de Entroncamento e Abrantes*, contando com a participação de cerca de 300 crianças, inserida no Plano Anual de Atividades, nomeadamente na Seção do Departamento de Educação Pré-Escolar e a temática do Projeto Educativo “*O Entroncamento, o Tempo, o Espaço e as Gentes*”. Pretendeu vivenciar alguns dos momentos que deram origem à cidade, com as crianças caracterizadas com trajes regionais e adereços específicos das populações que outrora migraram para o Entroncamento.

Na sequência da Convocatória recebida da *Fundação do Museu Nacional Ferroviário*, **estive presente**, na reunião do Conselho de Administração, **realizada nessa manhã**, no Complexo Ferroviário do Entroncamento.

Igualmente nessa tarde, a *Vereadora Dr.ª Tília Nunes*, esteve presente na *Feira EMPRE – Empresários na Escola*, a qual se insere na iniciativa “*Médio Tejo – Vive o Empreendedorismo*”, dinamizada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e desenvolvido pelo TAGUSVALLEY – Tecnopolo do Vale do Tejo, na Praça das Claras, em Torres Novas.

Ainda nessa noite, decorreu mais uma edição *Night Runner’s – a correr ou a caminhar*, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria técnica com o CLAC.

No dia 27 de maio de 2016, recebi, o atleta **Tiago Veríssimo**, vencedor de 3 medalhas de ouro em 3 modalidades diferentes (*Jiu Jitsu Brasileiro & M.M.A KIDS - Artes Marciais Mistas para Crianças na Equipa MMA PRIDE TEAM e BJJ WITH GI & NO-GI*) no Campeonato Mundial de ALL STILES WAC realizado nos dias 18, 19 e 20 de março e o seu treinador Joel Magalhães. Realcei a importância da prática e da promoção do desporto junto das crianças e jovens, salientando o sucesso e empenho do jovem atleta na conciliação da atividade desportiva com a vida escolar.

Ainda nessa noite, assisti, em conjunto com a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, ao *Coro e Banda da Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento*, na Praça Salgueiro Maia, inserida na programação da Festa da Flor.

Durante o dia 28 de maio de 2016, decorreram mais algumas atividades inseridas na Programação da Festa da Flor: *Feira Alternativa Entronature; Feira de Antiguidades; Mostra Biológica; Mostra de Artesanato; Zumba Solidário IPO; Show Cooking de Comida Saudável;* apresentação do livro *“Manual prático de Horticultura biológica”* e Dança *“O Maravilhoso Feiticeiro de Oz”*.

Ainda nessa tarde, a convite da *Casa de Pessoal da CME*, o **Vereador Dr. Carlos Amaro**, esteve presente no *Almoço Convívio*, no Parque de Campismo do Entroncamento, que reuniu os participantes do *XVII Convívio de Pesca Desportiva Inter-Autarquias* realizada na Barragem do Bonito.

Na sequência da Convocatória recebida da CIMT, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** esteve presente, no **dia 30 de maio de 2016**, na reunião dos *CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3G do Médio Tejo*, na sede, em Tomar.

No dia **31 de maio de 2016, estive presente** na *Cerimónia de assinatura do contrato de delegação de competências e subvenção global, resultante da aprovação do seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)*, em Santa Maria da Feira.

O contrato agora assinado entre a Autarquia do Entroncamento e o Programa Operacional Regional do Centro prevê uma dotação comunitária, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), de 4,5 milhões, para uma primeira fase, até 2018. Seguido de uma segunda fase com uma dotação de 1,1 milhões, totalizando assim 5,6 milhões de euros até à conclusão do atual quadro comunitário.

Permite desbloquear os fundos do Portugal 2020, tornando possível às autarquias apresentarem as candidaturas para o desenvolvimento dos Municípios, no âmbito da *Regeneração Urbana, Mobilidade e Comunidades Desfavorecidas* disponibilizando as verbas para a economia tanto a nível local como nacional.

Ainda nessa noite, na sequência do Convite formulado pela *Federação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto do Distrito de Santarém*, o Chefe de Gabinete Prof. Mário Balsa, em minha representação, assistiu à *Sessão Comemorativa do Dia Nacional das Coletividades e 92.º aniversário da COCCRD e tomada de posse dos novos órgãos sociais da Federação*, na Biblioteca Municipal de Tomar.

No dia 01 de junho de 2016, cerca de mil e duzentas crianças dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, públicos e privados comemoraram o *Dia Mundial da Criança* no interior e exterior do Pavilhão Municipal do Entroncamento. No período da manhã as crianças divertiram-se com os *vários jogos tradicionais* à sua disposição e dançaram e cantaram com o *“Super Dance Kids”*, uma combinação de Zumba Kids, Dança e Hip-Hop.

À noite, decorreu o espetáculo musical das AEC's intitulado *“Por este País”*, na Sala da Cultura do Pavilhão Municipal, inserido na disciplina de Expressões.

Como é habitual nas 4.ªs feiras, decorreu mais uma edição *Night Runner's – a correr ou a caminhar*, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria técnica com o CLAC.

No dia **02 de junho de 2016**, na sequência do Convite formulado pela Câmara Municipal de Torres Novas, **estive presente** no *Jantar no âmbito da Feira Quinhentista de Torres Novas – D. Jaime de Lencastre – No tempo das Confrarias*, na Alcaidaria do Castelo.

Na sequência da Convocatória enviada pela CIMT, **estive presente** na **7.ª Reunião do Conselho Intermunicipal**, na manhã do dia **03 de junho de 2016**, em Tomar. Da Ordem de Trabalhos constava a Estratégica de Saúde para a Região do Médio Tejo – Processo de Integração de Cuidados e a presença do Ministro da Saúde.

Ainda nessa tarde, decorreu a *Festa de Encerramento do Ano Letivo 2015/2016 da Universidade Sénior*, nas suas instalações.

Igualmente nessa tarde, na sequência do Convite recebido da *Associação de Pais da Escola Básica do Bonito*, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, assistiu à *Festa de Encerramento do Ano Letivo*, que contou com diversas atuações dos alunos, em especial dos Finalistas.

No sábado, dia 04 de junho de 2016, decorreu mais uma edição da iniciativa *“Viver o Comércio”*, que contou com as seguintes atividades: *Mostra de Artesanato* (Rua Luís Falcão de Sommer) e *Ateliê “Manjericos em Feltro”* (Praça Salgueiro Maia).

No dia 05 de junho de 2016, realizou-se mais uma edição da *Feira de Antiguidades* na Rua Luís Falcão de Sommer.»

c) Entregou aos Srs. Vereadores uma cópia do Contrato do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que constitui o documento orientador e enquadrador das nossas iniciativas. Estamos já a preparar algumas candidaturas para fazer face aos avisos que entretanto já saíram ou vão saindo, enquadrados no PEDU. O assunto estará presente na próxima reunião para ratificação.

2 – VEREADOR SR. DAVID RIBEIRO

a) Elogiou a Festa da Flor recentemente ocorrida, a Cidade estava este ano mais bonita, apenas lamenta que algumas atividades programadas tenham sido suspensas à última hora devido ao mau tempo, poderia ter sido aproveitado o Centro Cultural para o efeito. A suspensão das atividades provocou quebras nas receitas dos vendedores da Praça Salgueiro Maia, pelo que a Câmara deverá reduzir o valor das taxas que os mesmos pagaram.

b) O espaço de estacionamento junto ao Centro de Saúde está uma lástima, a Câmara deverá mandar tapar os buracos com a maior brevidade.

c) No túnel sob a linha de caminho de ferro, que faz a ligação das duas freguesias, os rodapés estão a cair, o que já provocou e poderá provocar ainda mais graves problemas para os transeuntes.

d) Referindo-se à fusão da REFER/Estradas de Portugal (EP), que considera um desastre, apresentou a seguinte intervenção:

«No dia 1 de junho completou-se um ano desde que foi formalmente criada a “Infraestruturas de Portugal”, empresa que resultou da fusão da REFER e da EP, as

duas empresas públicas que asseguravam a gestão da rede ferroviária e da rede rodoviária do país.

Neste aniversário, como manda a tradição, foram (re)apresentados uns números martelados e convenientemente descontextualizados para justificar a desastrosa opção tomada de fundir as empresas, bem como a desastrosa (e anterior) opção de tratar a rede de Infraestruturas do país como se duma operação financeira se tratasse. Números que são sempre propalados por uma Comunicação Social demasiado amestrada para contrariar a propaganda dos poderosos ou para conduzir uma investigação independente e profunda.

O muito que se travou não faz esquecer o que falta ser travado.

O PCP condenou veementemente a opção do anterior governo de fundir a REFER e a EP. A opção do atual governo de manter essa fusão e a administração nomeada pelo anterior governo traduzem a vontade de não travar um processo que se revela desastroso para os interesses nacionais.

Recordamos, a esse propósito, aquilo que a atual Administração da IP levou a Bruxelas no seu documento “Infraestruturas de Portugal – from Hell To Earth” datado de 24 de novembro de 2015 e refletindo o conteúdo – que em Portugal nunca foi plenamente assumido – das medidas que estavam a ser implementadas para tornar a IP atrativa para uma privatização: criação de novas portagens (IC22, IC16, A43, A44, EN14, IC2, A33, A20 e IC17) assumindo uma redução de 35% dos utilizadores para alcançar ganhos de mil milhões de euros; venda antecipada dos ganhos futuros (em portagens e taxas ferroviárias, uma operação financeira onde a dívida parece reduzir-se mas de facto aumenta); (re)compra das subconcessões mais ruinosas (Douro Interior, Litoral Oeste, Baixo Alentejo e Algarve Litoral); novo contrato de concessão pelo Estado de todas as Infraestruturas rodo e ferroviárias à IP (que estava redigido e pronto a ser assinado, previa a concessão até 2099 com aumentos de portagens e taxas e garantias de pagamentos pelo Estado a um nível que assegurava o lucro substancial dos futuros donos da IP). Isto sem esquecer que dentro do próprio processo de privatização da IP corriam outros processos de privatização que era suposto estarem concretizados em 2015 como é o caso, referido no Relatório e Contas da IP de 2015 (RC20151P); das concessões da A23, dos Terminais de Mercadorias e da Linha de Cascais.

A derrota do Governo PSD/CDS nas eleições de 4 de outubro serviu para travar este criminoso caminho, que teria entregue o conjunto das infraestruturas nacionais à exploração de um qualquer grupo monopolista numa gigantesca PPP. Infelizmente a dimensão da derrota da política de direita não foi suficiente para concretizar a necessária rutura e inversão do caminho que estava a ser trilhado, mas essa continua a ser a única forma de travar o desastre em que o país foi mergulhado para benefício de uns poucos.

A rutura que se impunha e que se impõe.

A fusão da EP com a REFER destinou-se, no essencial, a juntar recursos para se poder pagar a gigantesca dívida das Estradas de Portugal provocada pelas PPP que os sucessivos Governos lhe impuseram.

O país vai sendo regularmente massacrado com a propaganda das falsas poupanças que cada governo diz ter negociado com os subconcessionários. Mas essa propaganda até hoje só se traduziu em dois resultados reais: aumento anual de custos com as PPP; aumento das responsabilidades futuras do Estado (nomeadamente com a manutenção).

E enquanto todos os recursos vão sendo desviados para pagar PPP, para pagar auto-estradas que a maioria não usa por causa das portagens, a Rede Viária

Nacional degrada-se de uma forma acelerada, pois o imposto que os automobilistas pagam cada vez mais (CSR) para a manutenção e desenvolvimento dessa infraestrutura é todo desviado para pagar PPP. E a IP ainda se vangloria de ter conseguido reduzir em “26% os gastos em conservação periódica da rede viária e em 15% os gastos de conservação corrente e segurança rodoviária”.

O país precisa de romper com o modelo das PPP, recusando pagar processos especulativos e apurando as responsabilidades de quem tentou comprometer o Estado Português nestes negócios.

A reconstrução da REFER e das Estradas de Portugal que se impõe vai muito mais longe que a necessária e indispensável reversão da sua fusão. Ambas as empresas necessitam de ser saneadas dos encargos financeiros nelas depositados pelos sucessivos governos (dívida no caso da REFER, compromissos com as PPP no caso da EP), reconstruir um quadro de pessoal capacitado para assegurar um conjunto de operações entretanto externalizadas (manutenção, inspeção, projeto, por exemplo) e valorizar os seus ativos em vez de os alienar (IP Telecom, Património, Terminais, etc).

E no caso da ferrovia, importa mesmo seguir o caminho da reunificação do Caminho de Ferro, revertendo um caminho imposto pela União Europeia e que só serve os interesses das grandes multinacionais europeias.»

Relativamente a estas questões o Exmo. Presidente prestou os seguintes esclarecimentos:

- As atividades que não foram efetuadas na Festa da Flor, e cuja salvaguarda por motivos climatéricos tinha sido previamente feita, serão transferidas para datas a acordar. Quanto aos comerciantes, não teve conhecimento de que os mesmos tenham ficado desagradados, apesar das condições climatéricas pouco favoráveis dessa semana.

- O estacionamento do Centro de Saúde encontra-se hoje a ser reparado com a colocação de tout-venant.

- A questão do rodapé do túnel está também em agenda para a devida reparação.

2 – VEREADORA SRA. ISILDA AGUINCHA

a) Deixou o reparo que os Vereadores que não estão a tempo inteiro participaram em algumas das iniciativas referidas na Informação do Sr. Presidente, mas a mesma Informação não faz qualquer menção a esse facto. Na sua qualidade de Vereadora esteve presente nas Comemorações do Dia do Comando Distrital de PSP, na cerimónia do 1.º aniversário do Museu, na abertura formal da Festa da Flor e no almoço da Casa de Pessoal relativo ao Concurso Nacional de Pesca.

b) Na última reunião, abordou a questão do abatimento da placa que cobre a Ribeira de Sta. Catarina nas ruas Dr. Ruy d’Andrade e Batalhão Sapadores de Caminhos- de-Ferro. Foi referido pelo Sr. Presidente que a placa abateu no dia 1 de maio, tendo sido feitas intervenções para salvaguardar a segurança e desimpedir o canal. Referiu também que a requalificação estaria prevista nas obras associadas à ciclovia da freguesia de S. João Baptista. Entretanto, teve conhecimento que não

houve qualquer intervenção que salvasse o bem-estar e, com o passar do tempo, ratas, moscas e mau cheiro já afetam a população da vizinhança.

Sabe que o Sr. Presidente e um Engenheiro terão estado no local no dia 2 de maio, tendo abordado uma das moradoras/proprietárias no sentido de expropriar uma parcela que é sua propriedade, de forma a passar por lá a ciclovia, mas, segundo sabe, a senhora não concordou.

Desde essa data, nada mais terá sido feito e, neste momento, com o calor a chegar, começam a fazer-se sentir os efeitos dos maus cheiros e da bicharada, pelo que se torna imperiosa uma intervenção imediata que salvasse o bem-estar das pessoas e a saúde pública.

Questiona se a Câmara assume estes trabalhos ou terão de ser os proprietários a fazê-lo.

c) Na última reunião tínhamos tomado conhecimento do encerramento do Bar “Sabores do Mercado” e o Sr. Presidente referiu que estaria acordado o pagamento das verbas em falta. É sabido que a caução foi levantada, mas não há garantias de que a dívida venha a ser saldada. Pergunta se o assunto está resolvido.

d) Quanto à Festa da Flor, foi uma atividade que envolveu realmente muita gente do concelho, ouviu valoração positiva, deve ser valorizado e respeitado todo o trabalho que foi feito pelas Instituições, pelos particulares, por todos os que em articulação com a Câmara levaram a Festa a efeito.

Neste momento, há uma questão que a preocupa, que é o facto de terem sido utilizados plásticos, com consequências negativas para o ambiente. Pergunta se vai ser feita recolha, em que moldes e quando.

Relativamente a estas questões o Exmo. Presidente prestou os seguintes esclarecimentos:

- Os Srs. Vereadores foram convidados para alguns eventos, alguns puderam estar, outros não, mas a Sra. Vereadora tem toda a razão neste reparo.

- Quanto à Ribeira de Sta. Catarina, não foram estas as palavras que proferiu. O que disse foi que iria ser feita a intervenção mínima para salvar a segurança e desobstruir a zona central do canal. Foi isso que foi feito. Essa intervenção está a ser feita juntamente com o desenvolvimento do projeto para a intervenção da reposição da cobertura da Ribeira de Sta. Catarina, no âmbito de um projeto mais vasto que é Ciclovia, prevista sobre a Ribeira, desde a zona central até à Escola Dr. Ruy d’Andrade ou mesmo até à Escola António Gedeão.

Acha estranho que a Sra. Vereadora, com as responsabilidades que tem, venha dizer que o espaço desta Ribeira é privado, deverá ter mais cuidado na defesa dos interesses da Câmara e sobretudo do espaço e do interesse público.

- Quanto à Festa da Flor, vamos manter as zonas floridas até ser adequado, pelo menos até às Festas da Cidade, após o que faremos a recolha. Muito do material recolhido o ano passado foi este ano reutilizado. Sendo certo que é uma iniciativa que alegra a cidade, estamos a repensar o modelo da mesma, e estamos abertos a sugestões e novas ideias.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 16 de maio de 2016, que foi aprovada, por unanimidade, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.
- O Vereador Sr. Luis Grácio não participa na votação de aprovação da ata desta reunião, por não ter estado presente na mesma, de acordo com o n.º 3 do art.º 34.º do CPA.

EXPEDIENTE DIVERSO

PONTO 1

5309/16 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR - MOÇÃO - PORTAGENS

- Ofício da Assembleia Municipal de Tomar a enviar a seguinte Moção, aprovada na sua sessão ordinária realizada em 29 de abril de 2016:

“ PORTAGENS NA A13 – MOÇÃO

Todos os lanços da A13 que integram a Subconcessão do Pinhal Interior estão sujeitos a portagens com recurso ao sistema exclusivamente eletrónico, sem possibilidade de pagamento manual no local, o qual é apenas possível em regime de pós-pagamento.

Saliente-se que o valor cobrado em cada lanço ou sublanço é dos mais elevados da Europa, sendo certo que o Governo nunca se preocupou com a situação económica das empresas e das famílias das regiões ao fixar e manter em vigor um valor elevado nas portagens na A13, bem como não procedeu à discriminação positiva dos residentes, com a introdução de descontos.

Na sequência das negociações do Governo com as associações das empresas de transporte de mercadorias por causa dos custos com os combustíveis, após o aumento do imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) realizado no passado mês de Fevereiro, volta a falar-se em descontos nas portagens das ex-scut que atravessam alguns distritos do interior do País.

E tudo indica que, no verão, as portagens no interior já terão uma nova tabela de preços mais baixos, com um benefício maior para os veículos pesados de mercadorias.

A informação foi avançada esta terça-feira pelo ministro do Planeamento e das Infraestruturas, durante os trabalhos da comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, que justificou a medida com a promoção da mobilidade no interior do país. Embora não tenham sido especificadas, quando se fala de ex-scut do interior associa-se essa designação às autoestradas do Interior Norte (A24-Viseu-Chaves), Beiras Litoral e Alta (A25-Aveiro-Viseu-Vilar Formoso) e Beira Interior (A23-Torres Novas-Guarda).

Mas, o certo é que a A13, como autoestrada do interior, deverá também ser objeto desta redução do preço das portagens, cujo atual valor é elevadíssimo e exageradíssimo, o que tem determinado um escasso tráfego e a sobrecarga da EN 110/IC3, com os riscos inerentes à travessia de muitas povoações entre Tomar e Condeixa e ao desgaste do piso, cuja degradação é evidente.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida em 29 de abril de 2016, decide:

- 1-Manifestar ao Governo (Primeiro-Ministro, Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e Ministro da Economia) a exigência de que a A13 seja incluída nas vias do interior objeto de descontos nas portagens cobradas – dado que, infelizmente, a abolição pura e simples das portagens não se encontra equacionada – para minorar os sacrifícios impostos nestes últimos anos às empresas e às

famílias da região, advindo da fixação e manutenção de um valor elevadíssimo nas portagens, que se traduziu num grave atentado à economia e desenvolvimento do interior do país.

2- Aprovar a decisão em minuta e transmiti-la à Assembleia da República (Presidência, Grupos Parlamentares, Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas e Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação), ao Governo (Primeiro Ministro, Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e Ministro da Economia), às Assembleias e Câmaras Municipais servidas pela A13, à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, à Associação Nacional de Freguesias e à comunicação social.”

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2

5357/16 - GRUPO PARLAMENTAR PCP - RECOMENDAÇÕES - CONTROLO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

- E-mail de 18 de maio de 2016, do Grupo Parlamentar do PCP, a enviar o Projeto de Resolução, apresentado na Assembleia da República, que recomenda ao Governo a promoção de medidas para melhorar o controlo dos fitofármacos e promover a sua aplicação de forma sustentável.

- Sobre este assunto, o Exmo. Presidente referiu que o Município tem substituído estes produtos por uma solução à base de vinagre, que tem tido resultados muito positivos.

- Também o Vereador Sr. Luis Grácio informou que existe atualmente um conjunto de produtos naturais muito eficaz e amigo do ambiente, congratulando-se com esta prática seguida no Município.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3

5765/16 - GRUPO PARLAMENTAR PCP - REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

- E-mail de 30 de maio de 2016, do Grupo Parlamentar do PCP, a enviar o Projeto de Resolução, apresentado na Assembleia da República, que altera o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4

5703/16 - GRUPO PARLAMENTAR PCP - ALEGADAS DESCARGAS POLUENTES ILEGAIS DE RESÍDUOS DE PEDRA E RESINAS DE AGLOMERAÇÃO EM ABRANTES

- E-mail de 27 de maio de 2016, do Grupo Parlamentar do PCP, a enviar a Pergunta feita ao Governo sobre as alegadas descargas poluentes ilegais de resíduos de pedra e resinas de aglomeração em Abrantes.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5

5610/16 - FORUM PARA A LIBERDADE DE EDUCAÇÃO - CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

- Carta do Presidente do Fórum para a Liberdade de Educação, datada de 26 de abril de 2016, a remeter cópia da Carta Aberta a Sua Excelência o Senhor Ministro

da Educação, sobre a concretização da liberdade na educação, entregando às famílias a livre escolha do percurso educativo dos seus filhos e cabendo ao Estado a função de garante da mesma e da qualidade do ensino ministrado.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6

5697/16 - PEDRO DIONÍSIO - FILMAGENS AÉREAS DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CIDADE DO ENTRONCAMENTO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- E-mail de Pedro Dionísio, a solicitar isenção de taxas para a realização de filmagens aéreas ao Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, no sentido de efetuar um vídeo clip sobre o concelho.

- Sobre este assunto, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, isento o pagamento da taxa, sujeito a ratificação pela Câmara.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7

5732/16 - ESCOLA BÁSICA ANTÓNIO GEDEÃO - FESTA DE FINAL DE ANO LETIVO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS

- E-mail da Associação de Pais da Escola Básica António Gedeão, a solicitar a isenção do pagamento da taxa especial de ruído, para a realização da Festa de Final de Ano Letivo no dia 9 de junho, das 15,00H às 21,00H.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar esta Associação do pagamento da respetiva taxa.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8

5829/16 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB BONITO- FESTA DE FINAL DE ANO LETIVO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- E-mail da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica do Bonito, a solicitar a isenção do pagamento da taxa especial de ruído, para a realização da Festa de Final de Ano Letivo no dia 3 de junho, das 18,00H às 23,00H.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, isento o pagamento da licença, sujeito a ratificação pela Câmara.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9

4624/16 - UNIÃO FUTEBOL ENTRONCAMENTO - V FESTA DAS SOPAS - PUBLICIDADE SONORA E VISUAL - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS

- E-mail do União Futebol do Entroncamento a solicitar a isenção da taxa de publicidade sonora e visual à V Festa das Sopas, durante os dias 6 e 7 de maio.

- A Secção de Taxas e Licenças prestou para o efeito a seguinte informação:

“ Nos Estatutos da Associação não consta que o objetivo social da Associação é sem fins lucrativos. Nesta conformidade e de acordo com a alínea e) do n.º 1 do art.º 17.º do RTTLMU, poderá a Câmara Municipal isentar do pagamento de taxas referentes a atividades consideradas de interesse municipal analisadas caso a caso.”

- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o União Futebol do Entroncamento do pagamento das referidas taxas.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10**13170/15 - PARÓQUIA DA SAGRADA FAMÍLIA - EDIÇÃO DE REVISTA - PEDIDO DE APOIO**

- Carta da Paróquia da Sagrada Família do Entroncamento, a solicitar o apoio da Câmara Municipal para realização da revista “75.º Aniversário da Igreja da Sagrada Família do Entroncamento”, cujo objetivo são as obras do novo adro.
- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 300€.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 11**5581/16 - CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO - XVII CONVÍVIO DE PESCA INTERAUTARQUIAS - PEDIDO DE APOIO**

- E-mail da Casa do Pessoal da Câmara Municipal do Entroncamento a solicitar apoio para a realização do seu XVII Convívio de Pesca Interautarquias, que teve lugar no dia 28 de maio, no qual serviram um almoço convívio a cerca de 100 participantes.
- A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto para complementar com a informação do valor a atribuir.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 12**1200/16 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CIDADE DO ENTRONCAMENTO - PEDIDO DE PATROCÍNIO PARA EDIÇÃO DE LIVRO**

- E-mail do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento a solicitar o patrocínio da Câmara para o projeto de edição de um livro de receitas da nossa região, que o grupo de alunos de Currículo Específico Individual do ensino secundário deseja concretizar este ano letivo.
- A Vereadora Sra. Tília Nunes apresentou a seguinte informação:
«O grupo de alunos e professores da ESE vieram à Câmara para apresentarem o projeto de edição de um livro de receitas gastronómicas, solicitando o apoio do mesmo. Considerando a abrangência do mesmo (inclusão de várias turmas), dimensão pedagógica, social e cultural do mesmo, sugere-se o apoio do projeto, à semelhança do ano anterior, no valor de 100 a 120€.»
- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 120€.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 13**1954/16 - CERE - PEDIDO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA CLIENTES DA INSTITUIÇÃO**

- E-mail do CERE, Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento, em representação dos encarregados de educação de alguns utentes, a solicitar a criação de lugares de estacionamento e rebatimento do passeio para pessoas com deficiência motora, junto às suas residências.
- Avaliada a situação, concluiu-se, com o acordo do CERE, que seria mais adequado, quer às necessidades dos utentes do CERE, quer dos munícipes em geral, reservar os lugares apenas nas horas de recolha e entrega dos seus utentes e o rebaixamento do lancil e do passeio no espaço confinante.
- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido formulado, com o seguinte horário:

Daniela Pereira, Rua Porfírio Rodrigues, n.º 11

manhã entre as 7:15 e as 7:30 // tarde entre as 17:15 e as 17:30

Maria Madalena Monteiro, Rua Condessa de Murça n.º 4
manhã entre as 8:15 e as 8:30 // tarde entre as 16:15 e as 16:30

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS

PONTO 14

3441/16 - EMPRÉSTIMO PARA INVESTIMENTO ATÉ 930.000€ - RELATÓRIO FINAL

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação:

«Serve a presente informação para apresentar o relatório final das propostas recebidas acerca da contratação do empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 930.000 € para fazer face às seguintes empreitadas:

Projetos	Valor do projeto	Valor do empréstimo - até	
Com participação financeira FEDER			380 000
Cine teatro S. João - Remodelação e Modernização	903 051	135 400	
Ciclovias - Freguesia de S. João Batista	592 750	88 900	
Requalificação dos Espaços Verdes	450 000	67 500	
Recuperação do Pavilhão EB23 Ruy d'Andrade	588 236	88 200	
Sem participação financeira FEDER			550 000
Cemitério - Ampliação	102 184	100 000	
Requalificação da Estrada da Barroca	450 000	450 000	
Total	3 086 221	930 000	930 000

O empréstimo em causa foi aprovado em reunião de câmara de 04 de abril de 2016.

1. Conteúdo das propostas

1.1. Convites

Foram solicitadas propostas às seguintes Instituições Bancárias com estabelecimento no Entroncamento:

Banco BPI

Caixa de Crédito Agrícola Mutuo

Caixa Geral de Depósitos

Banco Santander Totta

Novo Banco

Montepio Geral

Banco Millenium BCP

Das entidades acima referidas não apresentaram propostas:

Novo Banco

Montepio Geral

Banco Millenium BCP

1.2. Consulta feita aos bancos

- Montante do empréstimo: até 930.000 euros

- Finalidade: investimento em obras municipais

- Prazo: 20 anos

- Período de utilização / diferimento (em conta corrente): 2 anos

- Reembolso do capital e pagamento dos juros: proposta para prestações mensais e trimestrais, postecipadas iguais e sucessivas de capital e juros.

- Indexante: Definido pela entidade, sendo considerado na análise a taxa fixada no prazo limite para a entrega das propostas.

- Comissões e encargos inerentes ao empréstimo: A definir pela entidade
- Garantias exigidas: De acordo com a legislação em vigor
- Formalização: Deve ser discriminado na proposta
- Prazo limite para entrega das propostas: 17,00 horas do dia 25/05/2016 (as propostas enviadas após a hora e data definidas não serão consideradas).

2. Quadro comparativo das propostas

Bancos	Montante	Indexante	Spread	Indexante	Comissões	Prazo	Período de utilização / carência	Reembolso de capital	Pagamento de juros	Garantias
BPI	Até 930.000 €	Euribor a 6 ou 12 meses	1,15%	Euribor a 6 M ou 12 M (considera valor zero caso seja negativa)	Isenção total	20 anos	2 anos	Prestações mensais ou trimestrais sucessivas e postecipadas, constantes de capital e juros ou constantes de capital e juro ao saldo	Calculados dia a dia sobre o capital em dívida e pagos mensal ou trimestral e postecipadamente	De acordo com a legislação em vigor
Crédito Agrícola	Até 930.000 €	Euribor a 12 meses	1,20%	Euribor a 6 M	Isenção total	20 anos	2 anos	Prestações mensais ou trimestrais postecipadas iguais e sucessivas de capital e juros.	Prestações mensais ou trimestrais postecipadas iguais e sucessivas de capital e juros.	De acordo com a legislação em vigor
CGD	Até 930.000 €	Euribor a 12 meses	1,29%	Euribor a 12 M	Comissão de processamento 4 € a prestação	20 anos	2 anos	Prestações mensais ou trimestrais sucessivas e postecipadas, constantes de capital e juro ao saldo	Calculados dia a dia sobre o capital em dívida e pagos mensal ou trimestral e postecipadamente	De acordo com a legislação em vigor
Santander TOTTA	Até 930.000 €	Euribor a 12 meses	1,49%	Euribor a 12 M	Isenção total	20 anos	2 anos	Mensal / trimestral	Mensal / trimestral	De acordo com a legislação em vigor

Analisando o quadro comparativo, verifica-se que as entidades bancárias apresentam condições muito semelhantes, à exceção do “spread”, taxa que acresce à Euribor e que representa a remuneração da instituição financeira.

Este indicador surge-nos com um leque que varia entre 1,15 % do BPI e 1,49 % do TOTTA.

Todas as entidades apresentam isenção de comissões.

Existem propostas com indexante Euribor a 6 M e o outros com Euribor a 12 M. Apenas o BPI dá possibilidade de escolha entre os 2 indexantes, sendo que a mais vantajosa à data da análise a Euribor a 6 M (apresenta taxa negativa de 0,144 %, sendo fixada em 0% tendo em conta as propostas das entidades).

3. Análise das propostas

Segue abaixo quadro resumo das propostas recebidas.

Bancos	Montante	Spread	Indexante (a)	Taxa Nominal	Encargos previsionais (TOTAL)	Comissoes	Encargos Totais (previsão)
BPI	Até 930.000 €	1,15%	0,000%	1,150%	122.294,91	0,00	122.294,91
Crédito Agrícola	Até 930.000 €	1,20%	0,000%	1,200%	127.761,93	0,00	127.761,93
CGD	Até 930.000 €	1,29%	0,000%	1,290%	137.633,92	0,00	137.633,92
Santander TOTTA	Até 930.000 €	1,49%	0,000%	1,490%	159.715,73	0,00	159.715,73

Analisando o quadro acima chega-se à conclusão que a proposta mais vantajosa para o Município é a apresentada pelo BPI, a qual acarretará um custo **previsional** de 122.294,91 €. O custo irá depender da evolução do indexante.

Fixando a Euribor a 6 meses e a 12 meses a 25.05.2016 as taxas são as seguintes:

Euribor a 6 meses: - 0,144 %

Euribor a 12 meses: - 0,013 %

Tendo em conta que a Euribor a 6M e 12 M é negativa considerou-se que a taxa a aplicar é 0%.

A ordenação final será a seguinte:

Bancos	Ordem
BPI	1
Crédito Agrícola	2
CGD	3
Santander TOTTA	4

Feita a análise propõe-se que a câmara delibere:

1. Autorize a proposta apresentada pelo banco BPI, que apresentou as condições mais vantajosas para o Município, conforme análise feita na presente informação, para o montante solicitado de até 930.000 €, SPREAD de 1,15 % e Euribor a 6 m, com isenção de quaisquer comissões e prestações mensais constantes de capital e juro.

2. Remeter o processo à Assembleia Municipal para que nos termos a alínea f) do art.º 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro possa autorizar a contratação deste financiamento.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a proposta apresentada pelo Banco BPI, de acordo com a informação dos serviços.

- Mais deliberou remeter o processo à Assembleia Municipal.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 15

5675/16 - PAEL - OPERAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação:

«1 – ENQUADRAMENTO

A Lei do OE para o ano de 2016 (Lei nº 7-A/2016 de 30 de março – **ANEXO 1**) vem no seu artigo 63 abrir a possibilidade de os Municípios efetuarem operações de substituição de dívida, desde que a dívida total prevista no nº 1 do art.º 52º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro **seja inferior a 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores.**

A contração de empréstimos de médio e longo prazo para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos em vigor a 31 de dezembro de 2015 está condicionada à **verificação cumulativa das seguintes condições:**

- Não aumente a dívida total do município;

- Diminua o serviço da dívida do município;

- O valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, seja inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente;

- Não exista reforço das garantias reais ou pessoais eventualmente prestadas pelo município;

Da análise feita aos empréstimos em dívida, verifica-se que o empréstimo contraído ao abrigo do **Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)** está neste momento com uma taxa de juro superior ao que é praticado atualmente no mercado.

A **cláusula quinta** do contrato de empréstimo assinado entre o Município e o Estado Português, refere no nº 2 que a taxa de juro a fixar na data de cada desembolso, corresponderá ao respetivo custo da Republica Portuguesa acrescido do SPREAD de 15 pontos base, de acordo com a cotação a obter junto do IGCP.

Sendo assim, tendo em conta que o empréstimo em causa teve 2 desembolsos verifica-se uma taxa de juro diferente para cada um deles, ou seja:

1º Desembolso (plano do serviço da dívida no anexo 3)

Valor: 2.253.484,07 €

Taxa de juro: 2,460 %

Spread: 0,15 %

Taxa de juro fixa: 2,610 %

2º Desembolso (plano do serviço da dívida no anexo 4)

Valor: 928.393,46 €

Taxa de juro: 2,424 %

Spread: 0,15 %

Taxa de juro fixa: 2,574 %

De referir que a taxa de juro é fixa, **mantendo-se em vigor até ao final do prazo do empréstimo.**

De acordo com o que foi apurado junto da Direção Geral Autarquias Locais (DGAL) e da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), não existe penalizações de amortização antecipada do empréstimo, contudo, o município mantém-se condicionado às metas estabelecidas quando foi feita a candidatura. Esta situação acaba por fazer sentido porque apesar do pagamento ser feito a outra entidade, a finalidade do empréstimo mantém-se, ou seja, na prática o município contraiu um empréstimo de saneamento financeiro estando por isso obrigado às regras definidas no artigo 58 da Lei nº 73/2013 (anexo 5).

A única forma do Município ficar desvinculado do PAEL é pagar com fundos próprios (sem recurso a empréstimos) a totalidade do valor em dívida.

Apesar de não haver desobrigação por parte do município das metas/medidas estipuladas no Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) pode ser vantajoso para o município fazer esta operação de substituição de dívida.

2 – VALOR DO FINANCIAMENTO E ANALISE DA EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO

Após o pagamento da prestação do mês de maio o capital em dívida é de:

1º Desembolso = 1.690.113,08 €

2º Desembolso = 721.964,50 €

Total = 2.412.077,58 €

Em relação aos juros devidos até ao final do contrato, após a prestação de maio, totaliza o seguinte valor:

1º Desembolso = 246.198,39 €

2º Desembolso = 102.375,66 €

Total = 348.574,05 €

Tal como já foi referido os valores acima são fixos, ou seja, se o contrato do PAEL se mantiver como está iremos pagar 348.574,05 € de juros.

Deste valor 76,51 % serão pagos até ao final do ano 2021, ou seja, 266.687,30 € (ver plano do serviço de dívida nos anexos 3 e 4) e os restantes 23,49 % (81.886,75 €) serão pagos até ao final de 2026.

É precisamente neste valor que o município poderá atuar no sentido de gerar uma poupança significativa.

Tendo em conta que é imprevisível saber o comportamento da EURIBOR até ao final do empréstimo, seria interessante conhecer as previsões deste indexante no período onde irão incidir a maior parte dos juros, ou seja, até 2021.

Sobre esta previsão o Programa de Estabilidade do governo para o período de 2016-2020 (Anexo 7) estabelece o seguinte cenário para a EURIBOR a 3 meses:

Quadro I.2.2. Enquadramento internacional – principais hipóteses

	Fonte	2015 ^(e)	2016 ^(p)	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)	2020 ^(p)
Crescimento da procura externa relevante (%)	MF/BdP	3,9	4,3	4,9	4,8	4,8	4,8
Preço do petróleo Brent (US\$/bbl)	FM/BdP	53,6	42,0	41,2	44,9	44,9	44,9
Taxa de juro de curto prazo (média anual, %) ^(a)	CE/BdP	0,0	-0,2	-0,3	-0,2	-0,2	-0,2
Taxa de câmbio do EUR/USD (média anual)	CE/BdP	1,11	1,09	1,12	1,12	1,12	1,12

Nota: (e) estimativa. (p) previsão. (a) Euribor a 3 meses. Para 2019 e 2020 assumem-se hipóteses inalteradas face a 2018.

Tendo em conta as previsões do Programa de Estabilidade do Governo a EURIBOR a 3 meses assume valores negativos no período 2016-2020.

Com base nestas previsões estabelece-se os seguintes cenários:

Cenário 1 (Anexo 8):

Spread: 1,5 %

Indexante: Valor **ZERO** até ao final do contrato (2026)

Descrição	Juros
PAEL	
1º Desembolso	246.198,39
2º Desembolso	102.375,66
Total	348.574,05 (A)

Renegociação 203.950,71 (B)

Poupança 144.623,34 (A-B)

A poupança até ao final do contrato seria na ordem dos 144.623,34 €.

Cenário 2 (Anexo 9):

Como não é espetável que estes valores da EURIBOR se mantenham até 2026 o cenário seguinte considera as previsões do governo até 2020, ou seja, zero e de 2021 a 2026 o indexante a subir para 1 %.

Spread: 1,5 %

Indexante:

Até 2020 – Zero

De 2021 a 2026 – Indexante 1%

ATÉ 2020	
Descrição	Juros
PAEL	
1º Desembolso	163.155,87
2º Desembolso	68.733,87
Total	231.889,74 (A)
Renegociação	133.556,21 (B)
Poupança	98.333,53 (A-B)
DE 2021 A 2026	
Descrição	Juros
PAEL	
1º Desembolso	83.042,52
2º Desembolso	33.641,79
Total	116.684,31 (A)
Renegociação	118.373,83 (B)
Poupança	-1.689,52 (A-B)
Total de poupança	96.644,01

Os valores projetados nos 2 cenários tratam-se apenas de previsões e estão dependentes da evolução dos mercados. Estas previsões são feitas com os dados que estão disponíveis no momento da decisão.

Tendo em conta que as taxas de juro do PAEL são fixas (1º desembolso: 2,61 % / 2º desembolso: 2,574 %), num cenário de um SPREAD de 1,5 % e no caso do indexante se mantiver abaixo de 1 % a renegociação do empréstimo poderá ser vantajosa para o município. O ganho estará dependente do período de tempo em que o indexante estiver abaixo de 1 %.

No limite, caso se verifiquem situações anormais de subida das taxas de juro o município tem sempre a hipótese de voltar a colocar o empréstimo no mercado, tentando beneficiar do movimento inverso que as taxas de juros e os SPREAD'S normalmente têm.

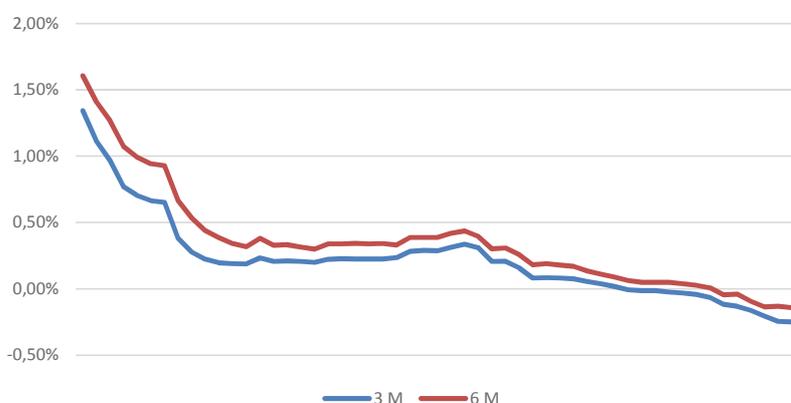
Abaixo vê-se uma tabela com uma sinopse de todas as taxas históricas Euribor no primeiro dia laboral do ano durante os últimos 5 anos. Praticamente nos últimos 5 anos manteve-se abaixo dos 1 %. A EURIBOR a 3 meses iniciou o ano de 2012 com 1,343 %, contudo, a partir de 27-02-2012 assumiu o valor de 0,997 %.

Esta evolução pode ser vista em: <http://pt.euribor-rates.eu/taxas-euribor-por-ano.asp>

	04-01-2016	02-01-2015	02-01-2014	02-01-2013	02-01-2012
Euribor - 1 semana	-0,251%	-0,020%	0,183%	0,080%	0,652%
Euribor - 2 semanas	-0,241%	-0,011%	0,194%	0,088%	0,738%
Euribor - 1 mês	-0,210%	0,016%	0,214%	0,109%	1,005%
Euribor - 2 meses	-0,168%	0,044%	0,251%	0,150%	1,165%
Euribor - 3 meses	-0,132%	0,076%	0,284%	0,188%	1,343%
Euribor - 6 meses	-0,041%	0,169%	0,387%	0,319%	1,606%
Euribor - 9 meses	0,002%	0,243%	0,478%	0,433%	1,782%
Euribor - 12 meses	0,058%	0,323%	0,555%	0,543%	1,937%

Escolha do indexante

Para esta consulta a escolha do indexante deveria recair na **EURIBOR a 3 meses**. Com base no histórico desde o 02-01-2012 e até 02-05-2016 verifica-se que a EURIBOR a 3 M esteve sempre abaixo à EURIBOR a 6 M.



3 - DEMONSTRAÇÃO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO

Tendo em conta o que foi referido anteriormente uma das condições base para que o município possa avançar com uma operação de substituição de dívida é que a dívida total prevista no nº 1 do art.º 52º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro seja inferior a 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores.

Face a esta situação e fazendo a análise com o 1º trimestre de 2016 temos (Anexo 10):

Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Total	Média
1	2	3	4 = 1+2+3	5 = 4/3
11.099.807,00	11.320.735,00	11.620.644,92	34.041.186,92	11.347.062,31

2,5 vezes a média **25.530.890,19**

Divida atual (1º trimestre 2016)	11.871.139,80	1
Operações de tesouraria	305.383,79	2
Entidades participadas	247.750,32	3
Divida Total	11.813.506,33	4 = 1-2+3

Face a este limite a situação do município é bastante confortável. De referir que a margem de endividamento que o município tem não será afetada porque se trata de uma substituição de dívida, ou seja, não pressupõe um aumento da dívida.

4. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

5.1. Assembleia Municipal

Nos termos do n.º 5 do artigo 49.º do RFALEI, o pedido de autorização à assembleia municipal para a contração de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de:

- Informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito,
- Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

5.2. Tribunal de Contas

O n.º 19.º da Resolução nº 14/2011 de 16/08/2011 do Tribunal de Contas refere os documentos que devem instruir o processo a Visto.

- a) Deliberação do órgão executivo relativa à decisão de contrair o empréstimo;
- b) Ofícios convite dirigidos às instituições de crédito consultadas;
- c) Propostas das instituições de crédito consultadas;
- d) Relatório de análise das condições constantes das propostas;
- e) Deliberações dos órgãos deliberativo e executivo, relativas à autorização ou aprovação da contração do empréstimo;
- f) Deliberação do órgão executivo relativo à aprovação das cláusulas contratuais;
- g) Mapa com a previsão dos encargos resultantes do empréstimo (juros e amortizações) para o seu período de vigência;
- h) Mapa com as receitas relevantes para apuramento dos respetivos limites de endividamento, reportadas ao ano económico anterior à celebração do contrato;
- i) Mapa com indicação dos valores dos ativos e passivos financeiros das contas relevantes para o cálculo do respetivo endividamento líquido;
- j) Mapas com indicação dos contratos de empréstimo de médio e longo prazos da Autarquia ainda em vigor, agrupados por excecionados e não excecionados, com menção da finalidade, valor do capital contratualizado, valor do capital em dívida e valor do capital por utilizar, de acordo com o modelo do ponto 8.3.6.1. do POCAL;
- k) Mapa síntese, demonstrativo do endividamento da Autarquia;
- l) Outros elementos que se revelem necessários para verificação do respeito dos limites de endividamento, por força da lei do Orçamento de Estado aplicável e sua regulamentação.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho ao abrigo do n.º 3 art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que autorizou o início do procedimento de consulta.

- Mais deliberou remeter o processo à Assembleia Municipal.

-Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos

PONTO 16**5225/16 - VIA CTT - ENVIO DE FATURAÇÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS URBANOS POR ESTE SISTEMA**

- Do Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Gilberto Martinho, foi presente a seguinte informação:

«Um dos objetivos da adesão do município à ViaCTT foi minimizar a carga burocrática que esta operação envolve e consequentemente reduzir custos do processo.

O que poderá significar futuramente uma redução de custos de estrutura do setor podendo traduzir-se em menores encargos para o consumidor.

O município efetuou campanhas de divulgação junto dos consumidores. Contudo, como a adesão é um ato voluntário, até agora só 121 consumidores optaram pelo sistema.

Debatendo o assunto dentro dos Serviços, surgiu a ideia de que eventualmente com um incentivo financeiro o assunto pudesse ser encarado de modo mais favorável.

Hoje em dia a utilização dos meios informáticos está muito disseminada, como o prova a massificação da utilização do facebook e de outros instrumentos semelhantes existentes.

Por isso, não será por inadaptação aos meios informáticos que as pessoas não aderem.

A proposta que apresentamos é que no ato da adesão à ViaCTT para efeitos de receberem a fatura do município do Entroncamento, seja deduzida ao valor apurado dos consumos, a importância de 5€, correspondente ao custo anual do envio das faturas pelo correio normal.

Em substituição da dedução na fatura, poderá devolver-se a importância em dinheiro ou por transferência bancária.

Este valor resulta dos seguintes cálculos, por fatura:

Gasto postal.....	0,3605€
Impressão	0,0263€
Sobrescritos	0,0208€
Env contínuo.....	0,0174€
Papel A4.....	0,0149€
TOTAL	0,4399€/mês>>>por ano=5,2784€

A emissão em pdf tem o custo de 0,0263€ por unidade, pelo que o diferencial é de 5,2521€.

Seria útil que, em caso de aprovação, os serviços de Comunicação procedessem a uma divulgação ampla da medida, como forma de atingir o maior número de consumidores.

Prazo para adesão à ViaCtt:

Clientes existentes - é estabelecido um período de 180 dias para a adesão por parte de clientes existentes nesta data, para beneficiarem do incentivo de 5 €.

Novos Clientes - o incentivo de 5 € é atribuído no ato da celebração do contrato.»

- O Vereador Sr. Luis Grácio questionou a forma como a divulgação será feita.

- O Exmo. Presidente informou que este assunto será amplamente divulgado, quer através da Comunicação Social, quer nos próprios serviços do município.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar esta proposta.

-Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 17**5890/16 - ALTERAÇÃO N.º 4 AO ORÇAMENTO E N.º 3 ÀS GOP'S**

- Da Técnica Superior da Divisão de Gestão Financeira, Dra. Amélia Fernandes, foi presente a seguinte informação referente à Alteração n.º 4 ao Orçamento e n.º 3 às GOP'S para o Ano Económico de 2016, a qual faz parte integrante da presente ata: «Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013, de 12 setembro, executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações. Neste sentido, serve a presente informação para dar a conhecer o resumo da Alteração n.º 4 ao Orçamento e n.º 3 às Grandes Opções do Plano. Tendo em conta o ponto 8.3.1 do POCAL, as alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações.

Das rubricas a reforçar destacam-se as seguintes:

0202.07030205 – 02.001.2015/1.3 – Conservação e Manutenção de Edifícios Escolares

O reforço de 40.840,00€ nesta rubrica, tem como objetivo a abertura de novos procedimentos para correção dos defeitos detetados nas empreitadas “Execução do Centro Escolar Norte” e “Execução Nova Escola EB 2/3 Dr. Ruy D’Andrade”, decorrentes do incumprimento por parte dos respetivos empreiteiros.

0202.07010203–02.007.2015/5.6-Req. Bairro Municipal da R. General Humberto Delgado (eficiência energética) PA/CD

Esta rubrica foi dotada no PPI com o valor de 200.000,00€ em “Financiamento não definido”. Assim, tendo em vista o lançamento do procedimento para o respetivo projeto, foi efetuada a alteração do valor de 24.600,00€ para “Financiamento definido”.

0303.070113-03.007.2015/3.1-PDM – Revisão

Foi necessário reforçar esta rubrica com o valor de 48.000,00€, com vista ao lançamento do procedimento referente à Revisão do PDM – Conclusão.

Assim, a presente alteração orçamental implica reforços e diminuições de dotações no mesmo valor como a seguir se discrimina, não aumentando o valor global do orçamento:

Classificação Orçamental	Classificação GOP	Designação	Valor Reforço	Observações	
0202	040802		Transferências correntes - Outras	150,00	Reforço de rubrica
0202	040802		Transferências correntes - Outras	150,00	Reforço de rubrica
0103	100605	04.001.2005/2-3	Admi.publica-Adm.central-Estado	125,00	Reforço do Empréstimo do PAEL
0102	04050102		Transferências correntes - freguesias	20.000,00	Reforço rubrica ano/2016 (Encargos mês Abril - 11.729,62€)
0202	07010203	02.007.2015/5.6	Req. Bairro Municipal da R. General Humberto Delgado (eficiência energética) PPA/CD	24.600,00	Valor do Projeto
0202	07030205	02.001.2015/1.3	Conservação e Manutenção Edifícios Escolares	40.840,00	Obras Centro Escolar Norte e Ruy Andrade
0301	07030305	02.009.2014/11.4	Manutenção de rotundas, espaços verdes e outras instalações	1.400,00	Conclusão das obras de reabilitação do jardim junto à Rua Eng.º Henr. Gomes da Silva
0303	070113	03.007.2015/3.1	PDM - Revisão	48.000,00	Revisão do PDM - Conclusão

Na escolha destas rubricas, foi tido em conta o bom funcionamento do município, ou seja, não foram afetadas dotações necessárias às despesas certas e permanentes, mas sim, rubricas cuja dotação inicial se baseia unicamente numa previsão de despesa, não havendo no momento nenhum compromisso afeto às mesmas.»

- A Câmara aprovou, por maioria, a Alteração n.º 4 ao Orçamento e n.º 3 às GOP'S para o Ano Económico de 2016.
- Votaram a favor os Vereadores Srs. Carlos Amaro, Tília Nunes, David Ribeiro, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente.
- Abstiveram-se os Vereadores Srs. Isilda Aguincha e Luis Grácio.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 18**14211/15 - ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS**

- Da Técnica Superior da Divisão de Gestão Financeira, Dra. Amélia Fernandes, foi presente o mapa de transferência de verbas para as Freguesias, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 410-B/79, de 27 de setembro, no âmbito da Eleição da Assembleia da República, realizada em 19-09-2015:

FREGUESIAS	Verba por SECCÕES DE VOTO (na freguesia)	Verba por ELEITOR (na freguesia)	Verba por FREGUESIA	TOTAL
N.ª Senhora Fátima (10 Secções voto)	126,700	210,060	42,430	379,19
S. João Batista (7 Secções voto)	88,690	135,000	42,430	266,12
TOTAL				645,31

N.º eleitores Inscritos à data 19-09-2015=17.253

Junta de freguesia N.ª Senhora Fátima = 10.503

Junta de freguesia de S. João Baptista = 6.750

- A Câmara deliberou, por unanimidade, transferir para as Freguesias a verba de 645,31€, de acordo com este mapa.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 19**5460/16 - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA 2016/2017**

- Do Técnico Superior do Setor de Educação, Dr. Rodrigo Bertelo, foi presente a seguinte informação:

«Tornando-se necessário a preparação do processo relativo à atribuição de **Bolsas de Estudo Ensino Superior** para o próximo ano letivo 2016/2017, levo ao conhecimento de V.Ex.ª o ponto 1 do artigo 3.º (Das bolsas a atribuir), do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, publicado no DR 2.ª Série, n.º 11 de 18 de Janeiro de 2016.

Este ponto refere que:

“A Câmara Municipal do Entroncamento atribuirá anualmente, mediante concurso, bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, sendo o número de bolsas a atribuir estabelecido anualmente pela Câmara Municipal até ao final do mês de

maio, a fim de ser afixados nos lugares de estilo a informação estabelecida no artigo 8.º, n.º 4.”

Pelo exposto e de acordo com o referido regulamento (n.º 1 do Artigo 3.º - Das bolsas a atribuir), remete-se para deliberação em reunião de Câmara, o número de bolsas a atribuir para o ano letivo 2016/2017.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, e de acordo com o parecer da Sra. Vereadora da Educação, atribuir, para o ano letivo 2016/2017, 4 Bolsas Académicas, 2 Bolsas de Excelência e 1 Bolsa de Mérito.

-Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 20

603/16 - PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR – RELATÓRIO FINAL

- Presente o relatório final, elaborado na sequência do processo disciplinar instaurado contra o Técnico Superior, Silvino Ferreira dos Santos, no qual o Instrutor propõe a aplicação da pena única de suspensão pelo período de 180 dias, prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 9.º e no n.º 3 da Lei n.º 58/2009, de 9 de setembro e no artigo 17.º, alíneas c), e), m), e o) da mesma Lei pela acumulação de infrações, de acordo com o princípio da proporcionalidade das penas disciplinares e com os critérios da medida da pena previstos nos artigos n.ºs 20.º e 189.º, respetivamente da Lei n.º 58/2008 e da Lei n.º 35/2014.

Considerando que, quer durante a instrução, quer após a dedução da acusação e em sede de defesa, através do depoimento das testemunhas, se constatou que o arguido é pessoa cordial, diligente e cumpridora das suas obrigações legais e que agiu com sentido de responsabilidade;

Considerando que, no âmbito da avaliação do desempenho foi-lhe atribuída a menção de relevante e excelente entre 2008 e 2011 (todavia insuficiente para efeitos de se considerar como circunstância atenuante prevista na alínea a) do artigo 22.º da Lei n.º 58/2008, - a prestação de mais de 10 anos de serviço com exemplar comportamento e zelo);

Considerando que, de acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 58/2009 e no n.º 1 do artigo 192.º da Lei n.º 35/2014, a simples censura do comportamento e a ameaça da pena realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição, pelo que propõe:

Que a execução da pena de suspensão pelo período de 180 dias, seja suspensa pelo prazo de um ano.

- Após análise do mesmo, a Câmara, procedendo a escrutínio secreto, deliberou, por maioria com 5 votos a favor e 2 votos brancos, aplicar a pena de suspensão pelo período de 180 dias, sendo a mesma suspensa pelo período de um ano.

- O arguido vai ser notificado desta resolução punitiva, nos termos do artigo 222.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

-Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 21

5881/16 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BAR COM ESPLANADA NO CENTRO CULTURAL – HASTA PÚBLICA

- Da Técnica Superior dos Serviços de Aprovisionamento, Dr.ª Filipa Silvestre, foi presente a seguinte informação:

«Pretendendo esta câmara **Concessionar o Direito à Exploração do Bar com Esplanada no centro cultural** através de Hasta Pública, remetem-se os seguintes documentos para a respetiva aprovação:

1. Edital da Hasta Pública
2. Caderno de Encargos da Hasta Pública e respetivos anexos
3. Programa da Hasta Pública

4. Formulário de Candidatura

De salientar que a autorização para a respetiva concessão foi dada pelo órgão deliberativo em 28/12/2011, cuja deliberação se anexa no presente registo.

Deverá ser nomeado um júri para a condução do respetivo processo que se sugere ser constituído pelos seguintes elementos:

Presidente – Dr. Gilberto Martinho

1.º Vogal – Dr. Hugo Gonçalves

2.º Vogal – Dr.ª Filipa Silvestre

Vogais Suplentes – Dr.ª Susana Silva e Dr. Emanuel Fernandes.»

- A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a abertura da hasta pública e designar o júri, para a concessão do direito de exploração de bar com esplanada no Centro Cultural, de acordo com a informação dos serviços.

- Votaram a favor os Vereadores Srs. Carlos Amaro, Tília Nunes, Isilda Aguincha, Luis Grácio, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente.

- Votou contra o Vereador Sr. David Ribeiro, que referiu que aquele espaço seria mais proveitoso para a população se fosse utilizado como Centro Cultural, com atividades como artesanato e outras.

- Também o Vereador Sr. Luis Grácio referiu que o Bloco de Esquerda esteve sempre contra esta concessão.

- O Exmo. Presidente esclareceu que desta vez o concessionário apenas irá ter um Bar e poderá optar por um ou dois balcões com duas copas de apoio, uma sala para escritório/armazém e os dois espaços de esplanada. Quanto ao valor da renda, entendemos agora baixar para 750€, ainda com um incentivo de redução de 30% no primeiro ano e 15% no segundo ano, para apoiar a sustentação do negócio. Também serão acordadas com o concessionário iniciativas conjuntas para a dinamização do local.

-Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 22

14061/15 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – ESTACIONAMENTO DE VEICULOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA – RUA VITORINO NEMÉSIO

- Presente uma planta a propor um lugar de estacionamento de veículos para pessoas com mobilidade reduzida, na rua Vitorino Nemésio, e colocação da respetiva sinalização, na sequência de um pedido de Tetyana Danylova.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o lugar de estacionamento e colocação da respetiva sinalização.

-Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 23

2469/16 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – ESTACIONAMENTO DE VEICULOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA – RUA CONDESSA DE MURÇA

- Presente uma planta a propor um lugar de estacionamento de veículos para pessoas com mobilidade reduzida, na rua Condessa de Murça, e colocação da respetiva sinalização, na sequência de um pedido de Francisco Manuel Monteiro.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da reunião, uma vez que este ponto está associado ao pedido do CERE, já resolvido no ponto 13.

-Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 24

12932/15 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – ALTERAÇÃO DO TRÂNSITO DE PESADOS NA ESTRADA QUE LIGA OS CASAIS FORMIGÓS AO CASAL VIDIGAL

- Na sequência de uma reclamação apresentada por Luís Miguel Vital da Silva, referente à falta de sinalização de trânsito de veículos pesados, na rua do Casal Vidigal, foram presentes as seguintes informações do Assistente Técnico da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, Filipe Pires:

Informação 1:

«Relativamente à questão levantada pelo reclamante acerca da circulação de pesados na recentemente requalificada rua do Casal Vidigal, julgo ser conveniente, dada a existência da EN3, impedir a circulação dos mesmos na referida rua com a colocação de sinalização adequada. Assim, proponho a colocação de dois sinais do tipo C3b – trânsito proibido a automóveis pesados, conforme plantas anexas e nos locais nelas indicados. Creio que assim se garantirá uma maior segurança para moradores e utentes da via como também se impedirá a degradação rápida da mesma.»

Informação 2:

«Complementando a informação anteriormente prestada relativamente à questão levantada pelo reclamante acerca da circulação de pesados na recentemente requalificada rua dos Casal Vidigal, julgo ser conveniente, dada a existência da EN3, impedir a circulação dos mesmos na referida rua com a colocação de sinalização adequada. Assim, alterando a proposta anterior, colocação de sinais do tipo C3b – trânsito proibido a automóveis pesados, proponho a colocação de dois sinais do tipo C2 – trânsito proibido, acompanhados do painel adicional modelo 11 e para automóveis pesados de mercadorias, conforme plantas anexas e nos locais nelas indicados. Creio que assim continuará a garantir-se uma maior segurança para moradores e utentes da via como também se impedirá a degradação rápida da mesma permitindo, no entanto, a sua utilização por veículos municipais de recolha de lixo ou outros ao serviço do município.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação da sinalização proposta.

-Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

PONTO 25

5670/16 – EXECUÇÃO DE CICLOVIAS – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - CONTA FINAL DA EMPREITADA

- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, homologar a Conta Final, no valor de 648.852,71 € (Seiscentos e quarenta e oito mil oitocentos e cinquenta e dois euros e setenta e um cêntimos), elaborada em 27 de maio de 2016, referente à empreitada da “Execução de Ciclovias – Freguesia de Nossa Senhora de Fátima”, adjudicada à Firma Cordivias – Engenharia, Lda.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 26

5669/16 – EXECUÇÃO DE CICLOVIAS – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA

- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Revisão de Preços Definitiva, no valor de – 967,99€ (menos novecentos e sessenta e sete euros e noventa e nove cêntimos), elaborado em 17 de maio de 2016, referente à empreitada da “Execução de Ciclovias – Freguesia de Nossa Senhora de Fátima”, adjudicada à Firma Cordivias – Engenharia, Lda.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 27**5780/16 – CEMITÉRIO MUNICIPAL – AMPLIAÇÃO – 2.ª FASE – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, N.º 1**

- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação, n.º 1, do Contrato Inicial, no valor de 19.282,96 € (Dezanove mil duzentos e oitenta e dois euros e noventa e seis cêntimos), elaborado em 31 de maio de 2016, referente à empreitada do “Cemitério Municipal - Ampliação Fase 2”, adjudicada à Firma EcoEdifica - Ambiente e Construções, SA.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 28**3868/16 – CONSERVAÇÃO DA REDE VIÁRIA – ARRUAMENTOS E PASSEIOS – RUA ELIAS GARCIA, RUA DO FORNO DO GRILO E RUA PORFIRIO RODRIGUES – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO**

- Do Técnico Profissional de Construção Civil da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, Guilherme Monteiro, foi presente a seguinte informação:

«Para conhecimento e homologação de Exma. Câmara, anexa-se em duplicado o Auto de Vistoria e Receção Definitiva da empreitada supramencionada, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

Mais se informa que com a receção definitiva da empreitada, deve-se proceder à extinção da caução, prestada pela execução dos trabalhos.

Assim, deverá a Exma. Câmara autorizar a libertação total das seguintes garantias bancárias do Banco Comercial Português, S.A.:

- Garantia Bancária n.º 125-02-1474398, no valor de 3.545,00€ (três mil quinhentos e quarenta e cinco euros);

- Garantia Bancária n.º 125-02-1388614, no valor de 1.767,95€, (mil setecentos e sessenta e sete euros e noventa e cinco cêntimos);»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria e Receção Definitiva e autorizar a libertação da garantia bancária, de acordo com a informação dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 29**3870/16 – REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA – REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS, LARGOS E PRAÇAS – BAIRRO DA COFERPOR (POENTE) – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO**

- Do Técnico Profissional de Construção Civil da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, Guilherme Monteiro, foi presente a seguinte informação:

«Para conhecimento e homologação da Exma. Câmara, anexa-se em duplicado o Auto de Vistoria e Receção Definitiva da empreitada supramencionada, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

Mais se informa que com a receção definitiva da empreitada, deve-se proceder à extinção da caução, prestada pela execução dos trabalhos.

Através de informação destes Serviços e respetivas deliberações camarárias (anexos n.ºs 9, 10, 17 e 18 do registo SGD 13789/12), foram liberados 90% do valor total da referida caução, com base no Decreto-Lei 190/2012 de 22 de agosto.

Assim, deverá a Exma. Câmara autorizar a libertação dos restantes 10% do valor total da caução prestada, através das seguintes garantias bancárias do Banco Comercial Português, S.A.:

- Garantia Bancária n.º 125-02-1387474, com o valor atual de 1.018,07€ (mil e

dezoito euros e sete cêntimos);

- Garantia Bancária n.º 125-02-1497300, com o valor atual de 1.018,07€, (mil e dezoito euros e sete cêntimos);

- Garantia Bancária n.º 125-02-1564246, com o valor atual de 339,92€, (trezentos e trinta e nove euros e noventa e dois cêntimos);»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria e Receção Definitiva e autorizar a libertação da garantia bancária, de acordo com a informação dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 30

3865/16 – REPARAÇÃO DE COLETOR DA RUA DE TIMOR – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO

- Do Técnico Profissional de Construção Civil da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, Guilherme Monteiro foi presente a seguinte informação:

«Para conhecimento e homologação de V. Ex.^a, anexa-se em duplicado o Auto de Vistoria e Receção Definitiva da empreitada supramencionada, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

Mais se informa que com a receção definitiva da empreitada, deve-se proceder à extinção da caução, prestada pela execução dos trabalhos.

Através de informação destes Serviços e respetivas deliberações camarárias (anexo 7 e 8 do registo SGD 13782/12 e anexo 4 e 5 do registo 12935/13), foram liberados 90% do valor total da referida caução, com base no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos e decreto-Lei 190/2012 de 22 de agosto.

Assim, deverá a Exma. Câmara autorizar a libertação da garantia bancária n.º 125-02-1355347 do Banco Comercial Português, S.A., com o valor atual de 910,82€ (novecentos e dez euros e oitenta e dois cêntimos), correspondente aos restantes 10% do valor total da caução.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria e Receção Definitiva e autorizar a libertação da garantia bancária, de acordo com a informação dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 31

5773/16 – EXECUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2/3 DR. RUY D'ANDRADE - CONTA FINAL (DEFINITIVA) DA EMPREITADA

- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, homologar a Conta Final (Definitiva), no valor de 4.752.433,35 € (quatro milhões, setecentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e trinta e três euros e trinta e cinco cêntimos), elaborada em 16 de maio de 2016, referente à empreitada da “Execução da Nova escola EB 2/3 Dr. Ruy d’Andrade”, adjudicada à Firma Alpeso – Construções, S.A.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 32

5772/16 – EXECUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2/3 DR. RUY D'ANDRADE – AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA

- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Revisão de Preços Definitiva, referente a Trabalhos de Natureza Prevista, no valor de -1.003,51 € (menos mil e três euros e cinquenta e um cêntimos), elaborado em 16 de maio de 2016, referente à empreitada da “Execução da Nova escola EB 2/3 Dr. Ruy d’Andrade”, adjudicada à Firma Alpeso – Construções, S.A.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 33**5806/16 – CENTRO ESCOLAR NORTE E ACESSIBILIDADES – CORREÇÃO DE DEFEITOS**

- Da Eng.^a Civil da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, Patrícia Anacleto, foi presente a seguinte informação:

«Atendendo ao incumprimento da firma Nogueira & Matias, Lda., adjudicatária da empreitada da “Execução do Centro Escolar Norte e Acessibilidades”, que levou à rescisão do contrato e à aplicação de multas contratuais, verifica-se agora a necessidade urgente de corrigir os defeitos da empreitada, identificados em sede de vistoria e comunicados ao empreiteiro, entretanto falido, e ao seu gestor da insolvência.

A responsabilidade pela correção dos defeitos é totalmente imputável ao empreiteiro, tendo sido realizada uma estimativa orçamental dos trabalhos a realizar, que se apresenta em mapa anexo, pelo que se propõe o acionamento da garantia bancária da obra no valor de 34.000€, de acordo com o n.º 3 do art.º 396.º e o n.º 7 do artigo 397.º, ambos do CCP.

Para executar os trabalhos de correção de defeitos, é necessário proceder à abertura de um procedimento de contratação de empreitada, pelo que se apresentam os elementos relativos ao projeto de execução, nomeadamente: caderno de encargos, memória descritiva, peças desenhadas, mapa de quantidades, orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos e regras gerais de segurança e saúde, referentes à empreitada designada “Centro Escolar Norte e Acessibilidades – Correção de Defeitos”.

O valor base para a execução dos trabalhos é de 34.000,00 € (trinta e quatro mil euros) e o prazo de execução é de 30 (trinta) dias.

A escolha do procedimento é fixada nos termos do CCP (Código dos Contratos Públicos) propondo-se para o efeito o Ajuste Direto, de acordo com a alínea a) do art.º 19.º, 112.º e seguintes, sendo a decisão de contratar e de autorização da despesa estabelecidas de acordo com o n.º 1 do art.º 36.º do mesmo Código.

Propõe-se que seja convidada a seguinte entidade:

EcoEdifica – Ambiente e Construções, SA

Av. Sá Carneiro Lote 13, r/ch

2350 – 536 Torres Novas

ecoedifica@ecoedifica.pt

Deverá ser verificada a cabimentação e tudo demais à luz da lei dos compromissos relativo a este procedimento.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao acionamento da garantia bancária.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES**PONTO 34****11070/13 – PROC.º DE OBRAS N.º 65/2010 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO ENTRONCAMENTO – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS**

- Da Assistente Técnica da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, Ana Paula Cardoso, foi presente a seguinte informação, relativa ao proc.º de obras n.º 65/2010:

«Apresenta a Associação Humanitária do Bombeiros Voluntários do Entroncamento, um pedido de isenção/redução do pagamento das taxas referentes à emissão do

Alvará de Licença de Obras, respeitante à Remodelação e Ampliação do Quartel/Alterações.

De acordo com os documentos apresentados, trata-se de uma Associação Humanitária sem fins lucrativos, cujo objeto é promover a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção de incêndios... conforme certidão permanente apresentada, e Lei 32/2007 de 13 de agosto que define o regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros.

Relativamente às taxas necessárias para emissão do Alvará de Licença de Obras, no valor de 337,85 € (trezentos e trinta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos), refere o n.º 3 do art.º 39.º do RMUE que: Às pessoas (...) às entidades que na área do Município prosseguem fins de relevante interesse público (...) são aplicáveis as taxas previstas na Tabela anexa ao mesmo, reduzidas até ao máximo de 100%.

Tal redução encontra-se igualmente prevista no n.º 3 do artigo 50.º do Regulamento que se encontra atualmente em vigor.

Em face do exposto, poderá a Excelentíssima Câmara, caso entenda, e de harmonia com o previsto nos n.ºs 3 e 5 do art.º 39.º do RMUE, deliberar no sentido da redução do valor a pagar, até ao máximo de 100%.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, reduzir o valor das taxas até 100%, de acordo com a informação dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 35

9357/14 – PROC.º DE OBRAS N.º 68/1999 - JOÃO ESTEVES & ANTÓNIO DIAS ESTEVES, LDA - ALTERAÇÕES – DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 68/99, em nome de João Esteves & António Dias Esteves, Lda., referente à construção de um hotel - alterações, na rua Padre Carlos Leonel dos Santos, lote 6, nesta cidade, no seguimento do deferimento do projeto de arquitetura e apresentação dos projetos das especialidades.

- A Câmara deliberou, por maioria, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer do Técnico Superior Eng.º Civil Joaquim Canteiro, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitido em 01/06/2016.

- Votaram a favor os Vereadores Srs. Carlos Amaro, Tília Nunes, David Ribeiro, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente.

- Votou contra a Vereadora Sra. Isilda Aguincha.

- Absteve-se o Vereador Sr. Luís Grácio.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, foi pela Coordenadora Técnica na Secção da Secretaria Geral de Apoio aos Órgãos Autárquicos, elaborada a presente ata, que vai assinar juntamente com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara Municipal,

A Coordenadora Técnica
